UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

A RELEVÂNCIA DA ONG VERDEJAR NA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Daiane Antonio dos Santos

Seropédica - RJ
Dezembro, 2010



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS AGRÍCOLAS

A RELEVÂNCIA DA ONG VERDEJAR NA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

DAIANE ANTONIO DOS SANTOS

Sob a orientação do professor
Renato Sérgio Jamil Maluf
e
Co-orientação de
Juliana Arruda

Monografia apresentada ao Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos para obtenção do título de **Licenciada em Ciências Agrícolas.**

Seropédica - RJ
Dezembro, 2010

Santos, Daiane Antonio dos, 1987-

A Relevância da ONG Verdejar na promoção da Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro / Daiane Antonio dos Santos – 2010.

63 f.: fig; graf.

Orientador: Renato Sérgio Jamil Maluf

Co-orientadora: Juliana Arruda

Monografia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação.

Bibliografia: f. 37-40.

1. Agricultura Urbana. 2. Agroecologia. 3. Segurança Alimentar e Nutricional. I. Renato Sérgio Jamil Maluf. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Educação. III. Graduação.

Aprovado em 07/12/2010

Banca Examinadora

_____

Prof. Renato Sérgio Jamil Maluf. UFRRJ ICHS/DDAS
Orientador

_____

Dr. Joecildo Francisco Rocha. UFRRJ- IB/DBOT
Membro da Banca

_____

Dr. Lia Maria Teixeira de Oliveira UFRRJ. IE/ DTPE
Membro da Banca

Dedico à mamãe Lucimar Barros Antonio e ao papai Deoclécio Antonio dos Santos Filho, com a esperança de retribuir com tudo que fizeram e fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me conceber a vida e por me acompanhar e orientar.
Aos meus amores: papai e mamãe
À minha inspiração de vida, principalmente nos momentos difíceis, meu sobrinho Heitor.
À minha querida amiga e irmã, Daniele.
Aos queridos primos e tios pela compreensão nos momentos de ausência
Ao meu amigo, companheiro e amante, William.
À Célia e Alexandre por serem mais que sogros e sim grandes amigos.
Aos meus grandes amigos que nesta minha vida somente me acrescentaram: Rennan, Nardele, Bárbara, Fellipe e Angélica.
À minha mestre, educadora e amiga Juliana Arruda.
Ao querido professor Renato Maluf, pelo carinho e dedicação.
Aos meninos do quarto 227 pelo apoio que sempre me deram.
Aos senhores Luiz Poeta e Zolmir que emprestaram sua história para realização deste trabalho.
Aos funcionários da UFRRJ, principalmente os da manutenção e bandejão que sempre estiveram comigo nesta caminhada.
Aos belos mestres que com seus erros e acertos me auxiliarão no crescimento pessoal e profissional.
Á Rosilane Gripp que participou desde o início deste lindo trabalho.
Aos meus amigos de trabalho: Juliana, Vagner, Larissa, Christiane, Pammella, Raphaella, Ivani, Helena, Wellington e D. Gleide.
Ao CNPq pela concessão da bolsa de iniciação científica (PIBIC/CNPq, 2010).
o professor Joecildo Rocha pela dedicação como coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas e pela participação na Banca deste trabalho.
À professora Lia Maria Teixeira pela forma de educar e por fazer parte da Banca desta monografia.
À funcionária da Coordenação Cristiane pela solidariedade e carinho ao os estudantes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
1.1 Caracterização da Zona Norte do Rio de Janeiro 4
1.2 Trajetória das ONGs Ambientalistas 8
1.3 Caracterização da ONG Verdejar 13
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 17
2.1 Agricultura Urbana 17
2.2 Agroecologia 20
2.3 Segurança Alimentar e Nutricional 23
3. METODOLOGIA 26
3.1. Fase exploratória 27
3.2. Pesquisa de campo 28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO 29
5. CONCLUSÕES 36
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 37
7. ANEXOS 41
7.1 Roteiro de entrevista semi-estruturada 41
7.2 Decreto n° 19144 de 14 de novembro de 2000, cria a APARU 48

RESUMO

O ambientalismo se fortalece a partir da década de 60, ao se aliar aos diferentes movimentos sociais desse período (nascimento de grupos pacifistas contra uso de armas atômicas, reinvidicações feministas, movimentos contra guerra do Vietnã), reforçando a necessidade de que as populações do mundo tomem consciência do ambiente natural (Carvalho, 2006). Neste contexto a década de 80 é caracterizada pela profunda crise econômica e marcada pelo agravamento dos problemas ambientais mal resolvidos na década anterior.A primeira vertente, ligada à constatação dos limites do aparato face ao agravamento dos desafios ambientais e a segunda, ligada à uma busca das organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas em se profissionalizar e de se aproximar das ONGs sociais (JACOBI, 2003). Uma das atividades que proporciona esta interação é a Agricultura Urbana contemporânea que vem ganhando destaque no cenário mundial e nacional, reafirmando-se como possível instrumento de integração nos processos de desenvolvimento sustentável das pessoas e do ambiente (ARRUDA, 2006). As atividades desenvolvidas nesse projeto de monografia foram realizadas através do acompanhamento das atividades da ONG Verdejar, localizada na Serra da Misericórdia, uma das poucas áreas de preservação ainda existentes na Zona Norte do estado Rio de Janeiro. O objetivo do trabalho foi analisar a relevância das atividades da ONG Verdejar e como ela contribui para o fortalecimento da Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro. utilizando como ferramenta principal a agroecologia e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A metodologia utilizada foi baseada na pesquisa qualitativa e os dados foram obtidos por meio de visitas e entrevistas para a caracterização do perfil sócio-econômico dos participantes e do sistema produtivo realizado. Após análise das informações obtidas é possível afirmar que uma preocupação que se destaca na ONG é o resgate dos jovens e o oferecimento de atividades produtivas nas quais eles sintam-se valorizados.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

Environmentalism is strengthened from the 60's, allying himself with the various social movements of that period (birth to peace groups against the use of atomic weapons, claims feminist movements against the Vietnam war), reinforcing the need for the world's populations become aware of the natural environment (Oak, 2006). Here the 80 is characterized by deep economic crisis, marked by worsening environmental problems unresolved in the previous decade. In Brazil from the 80's, two aspects are to gain ground in the environmental movement in Brazil. First finding the limits of the apparatus against the worsening of environmental challenges and a search of Non-Governmental Organizations (NGOs) and environmentalists to become professional approaching social NGO (JACOBI, 2003). Urban agriculture (UA) are gaining prominence in contemporary national and world stage, reasserting himself as a possible means of integrating the processes of sustainable development of people and the environment. Activities under this project monograph were performed by monitoring the activities of NGOs Verdejar, which is located in the Mountain of Mercy, North Zone of Rio de Janeiro. The objective was to analyze the relevance of the activities of NGOs Verdejar and how it contributes to the strengthening of Urban Agriculture, using as main tool Agroecology and Food and Nutritional Security (FNS). This is one of the few remaining protected areas in the northern state of Rio de Janeiro. The methodology was based on qualitative research and data were collected through personal interviews to collect data on socio-economic profile of the participants and conducted the production system. After reviewing the information obtained we can say that one concern that stands out in the NGO is the rescue of young people and offering productive activities in which they feel valued.

Keywords: Urban Agriculture, Agroecology, Food Safety and Nutrition.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de um projeto de pesquisa financiado pelo Cnpq a partir do início de 2010, devido a proeminência dos resultados gerou esta monografia.

A primeira relação estabelecida com a ONG Verdejar foi através do contato com representante da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), a qual vem desenvolvendo o Programa de Agricultura Urbana na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

A AS-PTA possui diversos parceiros, com variadas formas de organização local como a Pastoral da Criança, Rede Fitovida, a ONG Verdejar, Agentes Comunitários/as de Saúde, Escolas, Associações de Moradores, Grupos Informais.

Após a conversa com este representante e estudos preliminares realizados através de documentos eletrônicos foi possível selecionar um dos parceiros. A ONG Verdejar foi escolhida devido obter os critérios para a realização da pesquisa, sendo eles: o interesse em participar e realizar no período da pesquisa atividades de Agricultura Urbana.

O objetivo era analisar e acompanhar as atividades da ONG Verdejar a partir da atuação do grupo e sua relevância nas atividades de Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro. Para a caracterização do perfil sócio-econômico dos participantes e do sistema produtivo que foi realizado por meio de visitas e entrevistas.

Para abordar o tema escolhido, esta monografia está organizada em 5 partes:

A primeira é a introdução contendo um apanhado geral sobre a região estudada e a caracterização do grupo.

A segunda contém a revisão bibliográfica com conceitos de agricultura urbana e sua relação com a Agroecologia e a segurança alimentar e nutricional.

A terceira parte aborda a metodologia realizada no período compreendido entre agosto de 2009 a outubro de 2010.

A quarta propõe uma discussão dos resultados alcançados neste período.

E por fim na conclusão foram destacados os pontos mais relevantes obtidos pela pesquisa.

1.1 Caracterização da Zona Norte do Rio de Janeiro

A pesquisa desta monografia foi realizada através do acompanhamento da ONG Verdejar, localizada na Serra da Misericórdia, no Bairro do Engenho da Rainha, cidade do Rio de Janeiro. O objetivo principal desta ONG é a preservação ambiental da Serra da Misericórdia.

A escolha da Verdejar justifica-se no recorte temático da pesquisa pela mesma discutir ativamente as diferentes formas de organização do capitalismo nos dias de hoje e a importância da agricultura urbana para a preservação das últimas áreas verdes da cidade, inclusive sendo a mesma integrante da Articulação de Agroecologia do Rio de janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios distribuídos em oito regiões de governo: Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Serrana, Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde.

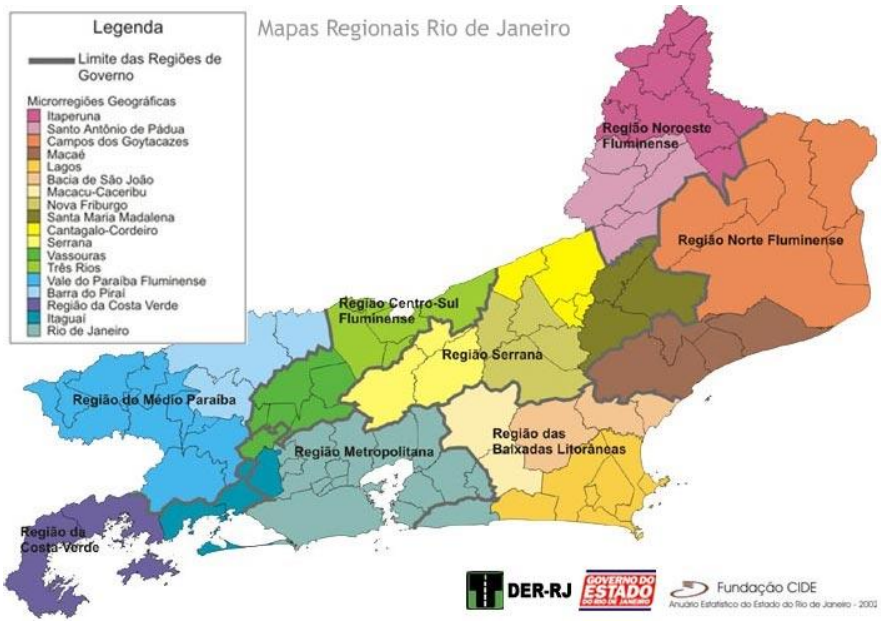


Figura 1: Localização espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado a partir do mapa localizado no endereço eletrônico da Fundação CIDE http://www.mapas-rio.com/mapas/regionais.jpg

A ONG localiza-se na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, na Zona Norte do município do Rio de Janeiro. Segundo o Portal da cidade do Rio de Janeiro (2010), esta é uma área da cidade bastante heterogênea, em que existem bairros com trechos bastante valorizados como Tijuca, Alto da Boa Vista, Grajaú, Maracanã e Jardim Guanabara.

Bairros com comércio popular muito movimentado como Madureira, Penha e Méier; bairros estritamente residenciais, com comércio muito fraco, como Quintino Bocaiúva, Maria da Graça, Vila Cosmos, Higienópolis, Brás de Pina e Água Santa.

Bairros industriais como Bonsucesso, Manguinhos, Pavuna, Ramos, Olaria, Vigário Geral, Jardim América, Parque Colúmbia e bairros com população de baixa renda como Jacarezinho, Colégio, Mangueira, Manguinhos, Maré, Parque Colúmbia, Costa Barros, Barros Filho, Acari, Parada de Lucas, Vigário Geral, Cordovil, etc.

Engenho da Rainha é um bairro da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro e faz divisa com os bairros de Pilares, Inhaúma, Tomás Coelho e Complexo do Alemão, além de também fazer divisa por meio da Serra da Misericórdia (impossibilitado o acesso direto) com os bairros de Olaria e Penha. O bairro é servido pelo serviço metroviário da cidade - Metrô do Rio de Janeiro e por diversas linhas de ônibus.

A formação do bairro é basicamente por conjuntos habitacionais destinados às classes populares da cidade do Rio de Janeiro (como os conjuntos habitacionais dos Músicos e dos Previdenciários) e comunidades (favelas). A maior das favelas é a do Morro do Engenho.

O bairro foi criado e delimitado pelo Decreto nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto nº 5280, de 23 de agosto de 1985. De acordo com Censo Demográfico (IBGE, 2000), o bairro possui uma área total de 222,56 hectares, com população de 27.311 habitantes e um total de 8.237 domicílios.

Engenho da Rainha faz parte da XIII Região administrativa (Inhaúma) da cidade do Rio de Janeiro. Bairros integrantes da região administrativa são: Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Inhaúma, Maria da Graça, Tomás Coelho.

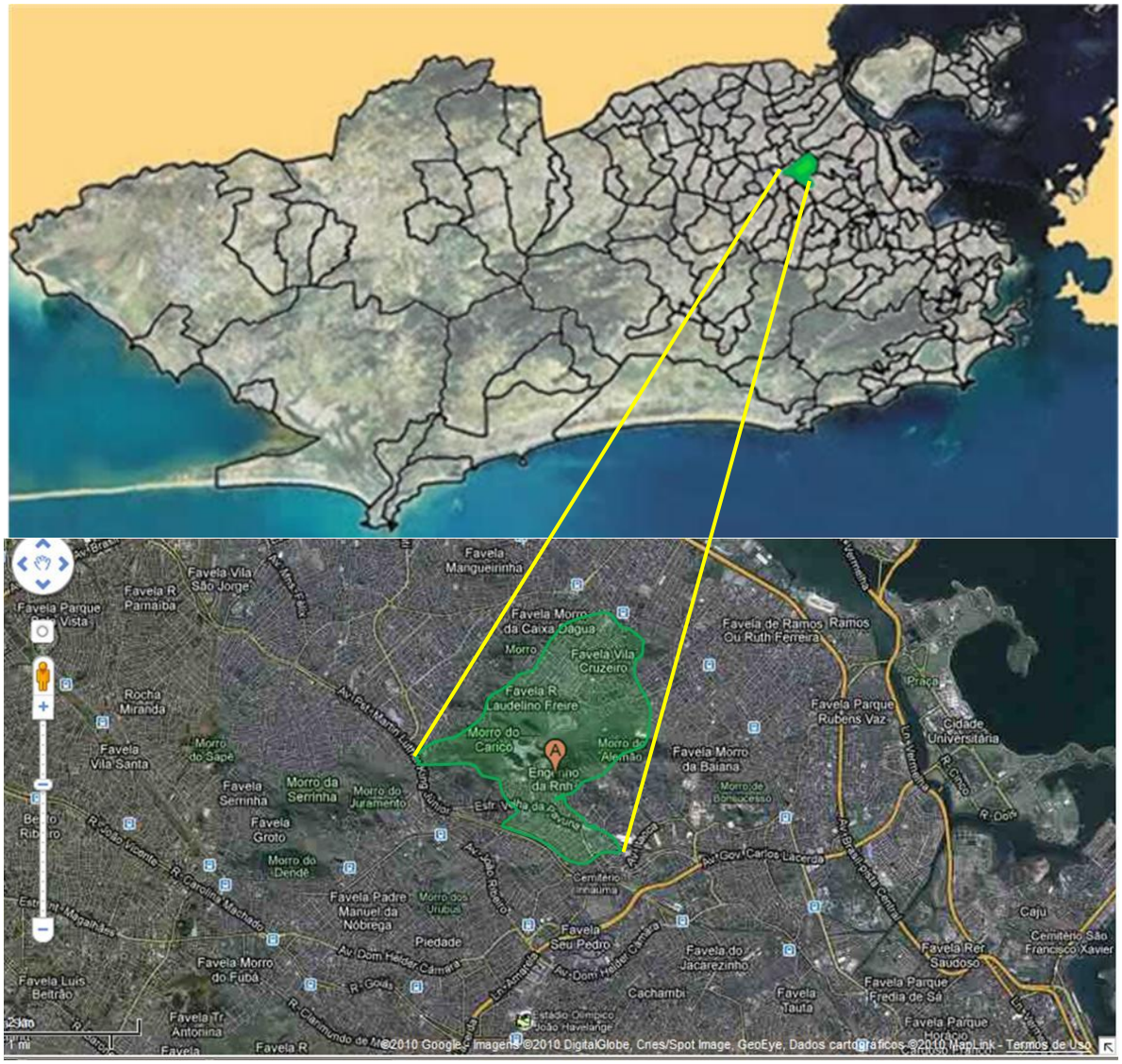


Figura 2. Localização espacial do Bairro Engenho da Rainha.

Fonte: Elaborado a partir do mapa localizado no endereço eletrônico http://diariodorio.com/histria-e-descrio-dos-/

A história do Engenho da Rainha coincide com a ocupação de Inhaúma e o atual bairro passou a compreender a baixada do trecho entre o morro do Engenho da Rainha e as elevações da Serra da Misericórdia, atravessada pelo rio Timbó. Nela foi implantada, em 1876, a Estação Ferroviária Rio D'Ouro e foi construída a estação Engenho da Rainha, em funcionamento até a extinção do ramal em 1966/1970. Seu leito foi aproveitado pela Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – Metrô, para a construção da Linha 2 e com isso a estação Engenho da Rainha foi inaugurada em 1991.

A Serra da Misericórdia onde está localizada a sede da ONG Verdejar é de grande importância para a cidade do Rio de Janeiro, ocupa o quarto lugar dos maiores maciços de Mata Atlântica da cidade. Diante da sua ampla extensão territorial, possui uma vasta concentração de importantes eixos econômicos, culturais e sociais e uma das maiores populações da região.

Um aspecto marcante na região foi a criação de uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), através do Decreto Municipal nº 19.144 de novembro de 2000 (Anexo 7.3). A área de 43 Km^2 da APARU possui vinte sete bairros e cerca de oitenta favelas. É o coração da Zona Norte do Rio, onde ficam Bonsucesso, Penha, Olaria, Madureira e Ramos, e o complexo de favelas do Alemão, o qual moram cerca de 1 milhão de pessoas, aproximadamente 15% dos habitantes da cidade.

O prefeito, na época, criou um Grupo de Trabalho (GT) com várias de suas secretarias para formar as bases do conselho gestor da APARU que trataria de criar o plano de manejo da região esse GT durou apenas o contrato de 180 dias não sendo renovado.

Diante disso, a recuperação da serra para se tornar um ambiente mais saudável e ecologicamente harmônico foi ilusório, devido também a ocorrência da exploração de um complexo de pedreiras. Isto permitiu que parte das suas encostas fosse destruída como impacto dessa exploração.



Figura 3. Foto tirada do ponto mais alto da Serra da Misericórdia, o "pico 360°".
Fonte: Juliana Arruda, 2009.

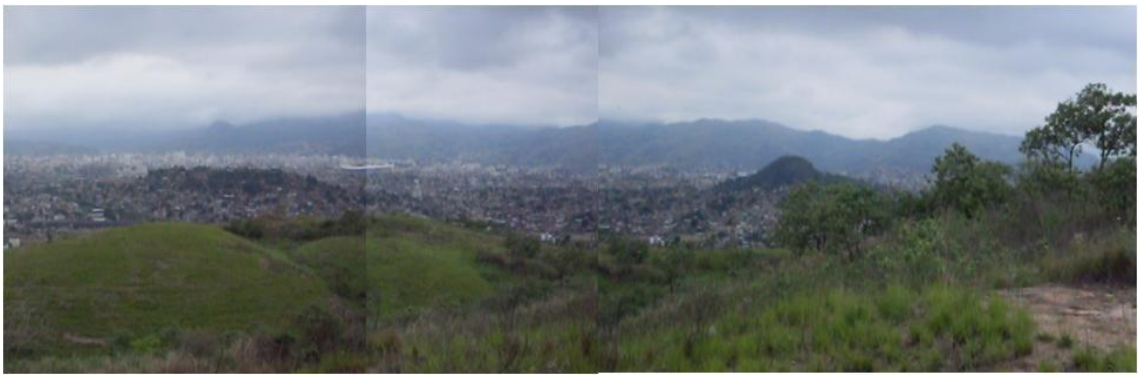


Figura 4. Vista do ponto mais alto da Serra da Misericórdia, o "pico 360°".
Fonte: Juliana Arruda, 2009.

Para efetiva compreensão que contexto possibilitou a criação da ONG Verdejar na Serra da Misericórdia se faz necessária uma abordagem a respeito da trajetória de ONGs ambientalistas.

1.2 Trajetória das ONGs Ambientalistas

Para Jacobi (2003), o início do movimento ambientalista é denominado com a expressão: "emergência da mobilização ambiental". E a expressão do ambientalismo na sociedade brasileira é vista por Viola e Leis (1992) como forças endógenas e exógenas. Como fator exógeno, a Conferência de Estocolmo em 1972 e endógeno

representado o aumento da devastação amazônica, a formação de uma nova classe média, influenciada pelos novos debates sobre a qualidade de vida.

No meado da década de 70 surgem os grupos ambientalistas, estimulados pela questão ambiental na Conferência de Estocolmo. Na ocasião, surgem questionamentos sobre a atuação em relação à postura predominante de países desenvolvidos em países em desenvolvimento (JACOBI, 2003).

Os grupos ambientalistas se fragmentam em duas partes: na formação de movimentos sociais que surgem através de determinada demanda por políticas sociais ou de consumo coletivo como água, esgoto, moradia, saúde e educação. Outra estruturada por Organizações Não governamentais formada por organizações civis (FIEGE, 2003).

No Brasil, as ONGs surgem a partir da década de 80 para aproximação de instituições de governos e populações locais. O projeto desenvolvido por essas entidades oportunizaria melhorias, as quais os programas do governo não conseguiram alcançar (FIEGE, 2003). As ONGs vêm se diferenciar das ações governamentais, pois desempenham um papel na implementação da democracia participativa e esclarecendo o papel que exerce a sociedade.

O novo papel das ONGs, com uma visão própria, a de que elas podem completar o papel do Estado, traz determinada ausência na implementação de políticas públicas pelo Estado que por falta de infra-estrutura própria de pessoal, passou a recorrer a elas para desenvolver ações sociais no país.

Outra crítica que concerne à criação de ONGs é a falta da regularidade envolvendo essas instituições e o Estado, pois por serem sem fins lucrativos, possuem uma série de isenções fiscais. É por isso que se faz necessária uma fiscalização a fim de evitar que haja desvio de recursos. Isto porque o Estado possui mecanismos para investigar através dos órgãos de controle, como tribunais de contas.

É imprescindível salientar que a Verdejar contrapõe essas entidades que objetivam apenas embolsar esses recursos disponíveis à Organizações Não Governamentais. Este fator ainda é confirmado a partir do momento que os aspectos financeiros que vão gerar a sustentabilidade econômica do grupo são limitadores de suas atividades.

Na década de 70 as ONGs se subdividiam, a princípio, em dois campos: de desenvolvimento social, cidadania, defesa de direitos humanos e as ambientalistas ocupadas com questões relacionadas com a degradação/preservação ambiental e ecológica no meio urbano e rural.

Essa década é caracterizada pelo início da disseminação da temática ecológica, principalmente pela iniciativa do aprimoramento em busca de aparatos legais de gestão ambiental.

Viola e Leis (1992) fazem referência às ações realizadas pelas ONGs na década de 80 que obtinham pouca efetividade por abordar as questões ambientais com determinada extensão das sociais.

> Num país como o Brasil, o último da América a abolir a escravidão e um dos mais desiguais do mundo, a luta pelos direitos dessas pessoas assume diferentes frentes. Desde a luta pelo respeito, cumprimento e real universalização dos direitos civis, políticos e laborais (que reconheçam as populações pobres e excluídas enquanto indivíduos, cidadãos e trabalhadores) até a luta pela garantia legal e prática dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais (ROMANO, 2008, p. 7).

No Brasil, devido as pessoas ainda não terem seus direitos civis assegurados permitia que as questões ambientais não fossem tão priorizadas, pois as necessidades da população como alimentação, saúde, moradias, saneamento básico ainda sim eram os fatores de preocupação.

Para alcançar o processo de ressonância ambientalista iniciou-se pela ocupação de campos políticos por meio de pessoas engajadas com objetivo de seguir o campo político institucional que provocaria gradualmente uma mudança qualitativa na opinião pública que passa a legitimar as lutas ambientais e os atores envolvidos (JACOBI, 2003).

Diante da visibilidade pública, por meio de ações institucionais que visavam à disseminação da temática ambiental proporcionaria também a visibilidade das associações como as ONGs.

Em 1991 houve a criação da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), o objetivo principal era que fosse além de uma organização para que essas instituições

pudessem interagir, podem ser divulgadas maior representação universal, inicialmente obteve a participação de 108 organizações, (ABONG, 2010).

O último estudo realizado pela ABONG em 2004 em relação ao universo associativo identificou que no Brasil há 276 mil fundações sem fins lucrativos.

Em relação à política ambiental na década de 90 faz-se necessário mencionar a realização da Conferência , conhecida como “Rio 92”. Na conferência, as questões ambientais adquirem importância. As entidades já haviam sido preparadas nas vésperas da realização da Rio-92 por meio do Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais e por Encontros e plenárias nacionais.

As ações pré-debatidas culminaram na extensão da globalização da agenda ambiental. As ONGs e o movimento ambientalista se fortaleceram (VIOLA, 1998) e com isso contribuíram para uma maior divulgação do ambientalismo brasileiro.

De acordo com os dados do Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas (CNIA), a época em que ocorreu o maior crescimento das entidades ambientalistas, as quais se inserem as ONGs, foi de 1985 a 1991. Contudo em três anos, entre 1993 e 1996, um estudo elaborado por três grandes instituições como Mater Natura[1]; ISER [2] e WWF[3] identificaram que houve uma redução de 36% deste número.

Estes dados demonstram que muitas entidades não sobrevivem devido à dificuldade em manter pessoas e grupos trabalhando de maneira voluntária. Em 1996 das 985 entidades identificadas no Brasil, 725 dessas eram ONGs.

O gráfico (Gráfico1) demonstra os percentuais das fundações de entidades ambientalistas no Brasil de acordo com a sua tipologia, se governamental e não governamental. Este estudo foi realizado em 1996.

[1] Instituto de Estudos Ambientais é uma associação civil ambientalista, sem fins lucrativos, de caráter científico, educacional e cultural.

[2] Organização Não Governamental que desenvolve atividades de formação, pesquisas e produção de subsídios, atendendo a movimentos e organizações populares, sindicatos, comunidades de base e igrejas cristãs.

[3] Organização Não Governamental brasileira dedicada à conservação da natureza com os objetivos de harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos.

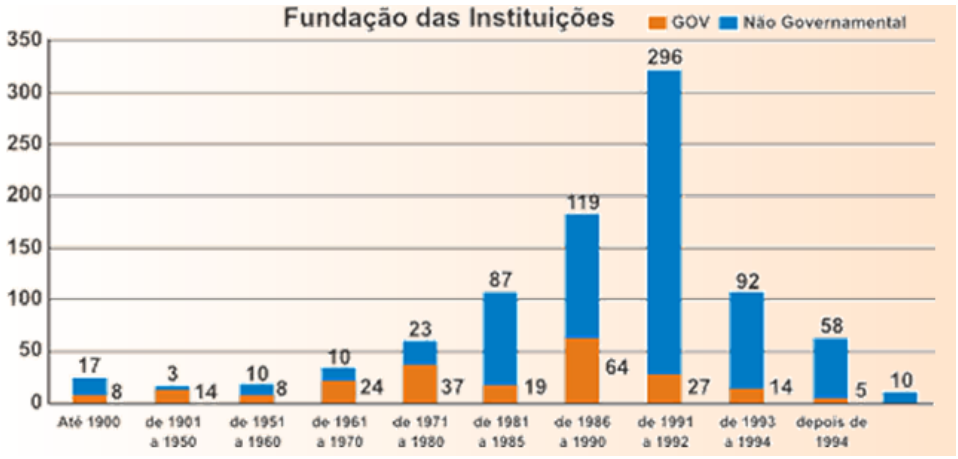


Gráfico 1: Fundação de Instituições Ambientalistas no século XX.

Fonte: Ecolista, 1996.

Este foi o último estudo realizado que quantifica o número de entidades ambientais no Brasil. No mesmo estudo foi identificado que a região que possui o maior número de entidades é a Sudeste.

O estado do Rio de Janeiro possui cerca de 50 Organizações Não Governamentais, 5 Organizações Governamentais e nenhuma Rede que atue diretamente com as questões ambientais, mas que desempenham alguma ação ambientalista (CNIA,)

Atualmente com a acessibilidade dos computadores e a disseminação da internet, algumas entidades ganharam mais aparatos profissionais, além de parcerias com o Estado. Isto influencia na organicidade dessas entidades e no aumento de recursos adquiridos por meio da concorrência em editais de apoio financeiro.

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG) vem conquistando espaço na sociedade brasileira e mundial, haja vista o auxilio e a promoção que esta instituição dá às suas filiadas, uma vez que amplia condições maiores de visibilidade perante a sociedade[4].

Desde a década de 80, que é caracterizada por iniciativas para aprimorar os instrumentos legais de gestão ambiental, que iniciou o processo de busca de ONGs ambientalistas, com o aprimoramento do campo político institucional que influenciou principalmente em profissionalizar e de se aproximar das ONGs sociais.

[4] Para mais informações, vide Anexo 7.1 .

O fortalecimento do ambientalismo brasileiro a partir da Rio-92 se insere cada vez mais o movimento ambiental nacional e também numa rede internacional. Ao mesmo tempo em que possibilita a maior interação das entidades ambientalistas a partir da constituição do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento.

Os anos 2000 foram marcados por um cenário de intensos desafios para a humanidade. Os países ricos colocaram em risco a sustentabilidade do planeta ao desrespeitar tratados ambientais e impor regras econômicas que aprofundaram a miséria dos países em desenvolvimento (ABONG, 2006).

Esta realidade aumenta o discurso dessas instituições e com isso outros enfoques vêm sendo adotados, como alternativas tecnológicas sustentáveis. Um exemplo deste enfoque é a Agroecologia, temática abordada nas atividades desde início da criação da ONG Verdejar.

1.3 Caracterização da ONG Verdejar "Proteção Ambiental e Humanismo"

A primeira formação da ONG ocorreu em 1997, tendo como pioneiro o Sr. Luiz Poeta e um grupo de amigos moradores da área, que pensavam em transformar a Serra da Misericórdia em área de proteção ambiental e parque ecológico na época. O mesmo possuía algumas mudas em casa e em uma noite resolveu plantá-las no lugar, onde tantas vezes nos tempos de criança havia brincado.

Dos pioneiros somente quem permaneceu foi o Sr. Luiz Poeta. O grupo foi renovado em 1999, quando promoveram o primeiro seminário sobre a Serra da Misericórdia que teve como meta o reconhecimento da região. Além disso, foi criada uma agenda comum de ações a serem tomadas pela sociedade civil organizada com o objetivo de pressionar o poder público para transformar a região em uma unidade de conservação. O que resultou em 2000 na criação da APARU, a partir do decreto n° 19.144 de 14 de novembro de 2000, que instituiu a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia.

A ONG tem como objetivo a preservação da Serra e de certa forma tentar impedir o processo de expansão urbana desordenada e assim manter uma das poucas áreas verdes existentes na região.

A composição da entidade é com poucos integrantes e recursos financeiros, que são provenientes de doações de moradores e comerciantes do bairro. Atualmente o grupo se mantém com determinada dificuldade, pois os recursos ainda são escassos e também por obter atividades de cunho ambiental na região mais industrializada da cidade.

Além disso, há uma grande preocupação em recuperar a serra invadida pela mineração (Figura 5), usada como rota para o tráfico e disputada por loteadores. Esta circunstância compreende esta região com 27 bairros e 5 conjuntos de favelas.



Figura 5. Área de mineração ao lado da Serra da Misericórdia.
Fonte: Juliana Arruda, 2009.

A Verdejar conta com a ajuda de moradores das comunidades próximas à região, universitários e visitantes. Os projetos da instituição esbarram em diversos interesses, mas seus membros conseguem, com todos os problemas, promover ações de conscientização e preservação do local.

A instituição trabalha com voluntários e todos os meses se organizam para os mutirões. Os mutirões servem para a conservação e manutenção do espaço, são realizadas manutenções, trilhas, recolhimento de lixo, plantio de mudas, capina

preventiva contra incêndios e outras atividades, ao fim do mutirão é servido um almoço aos participantes e o dia termina convencionalmente com uma atividade cultural.

Essas atividades propõem uma vivência aos participantes com as práticas que a Verdejar possui. A proposta do trabalho é realizar agricultura urbana agroecológica, com ações de reaproveitamento de materiais, recuperação de áreas degradadas, sistemas agroflorestais e interação com a comunidade local.



Figura 6. Dia de Mutirão com almoço ecológico.
Fonte: Juliana Arruda, 2009.

Outras práticas também são constantes, duas vezes por ano, a Verdejar realiza o “Domingo Ecológico”. Sempre no Dia da Árvore e na Semana do Meio Ambiente, o projeto realiza oficinas de educação ambiental em escolas públicas da região e organiza atividades ecológicas e culturais com a comunidade.



Figura 7. Caminhada na trilha da Serra da Misericórdia.
Fonte: Juliana Arruda, 2009.

Outra característica do grupo está na constante procura por formação. Há um amplo envolvimento com cursos, simpósios, congressos e encontros que abordem as temáticas trabalhadas pelo grupo como Agricultura Urbana e Agroecologia.

Atualmente há um grande respeito quanto ao trabalho que desenvolve na comunidade, além de determinada conivência devido às ações que impediram a expansão urbana e aumentaram a floresta, proporcionando um ambiente muito mais agradável à localidade.

O grupo Verdejar vem surgindo em um momento de uma intensa propagação de moradias desordenadas, precisamente para fazer o inverso do que vem ocorrendo ao longo dos anos em áreas de proteção ambiental no Rio de Janeiro. Além disso, busca o equilíbrio natural da área por meio de atividades de sensibilização social, buscando a associação entre a matriz agroecológica no manejo da área de vegetação nativa e na produção de alimentos.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com a função de nortear este trabalho serão revisados três temas com a finalidade de fundamentar a discussão da pesquisa na ONG Verdejar. São eles: Agricultura Urbana; Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional.

2.1 Agricultura Urbana

A Agricultura Urbana é inserida neste trabalho como uma das principais práxis desenvolvidas pela ONG, pois em função desta atividade de AU surgem outras temáticas que são discutidas com a comunidade, participantes e coordenadores da Verdejar.

Para Carvalho et al. (2007), a agricultura urbana se define como um fenômeno multifuncional, pois relaciona com as diferentes dimensões sociais, como renda, emprego, saúde, segurança alimentar, uso do solo, meio ambiente, educação e cultura. Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos e periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

Esta afirmativa corrobora com o histórico da Verdejar, já que para sua criação muitas dificuldades tiveram que ser enfrentadas, principalmente em relação ao uso do solo e a gestão ambiental da Serra da Misericórdia, tornando a priori a iniciativa da instituição vista com maus olhares pelos moradores da Serra.

O conceito de agricultura urbana vem sendo utilizado por órgãos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), além de diversas organizações não governamentais e governos do mundo inteiro. Mesmo assim, dados sobre esse tipo de agricultura ainda são escassos, o que dificulta a formulação e a implementação de políticas específicas para a AU (ARRUDA, 2006).

Os autores ADAM (1999) e MOUGEOT (2000) relacionam a AU com a localização, dividindo-as em: urbana ou intra-urbana, quando realizada dentro das cidades ou periurbana, respectivamente quando realizadas no seu entorno. Ao utilizar apenas este critério, ainda resta muita polêmica, pois a noção do que é

urbano e rural possui muitos conceitos e critérios diferentes entre países e regiões (ARRUDA, 2006).

A principal exercício da ONG Verdejar está nas práticas agroflorestais, a partir do ideário que ao mesmo tempo que pretende reflorestar a Serra da Misericórdia realiza o cultivo de plantas destinadas ao consumo da comunidade e dos seus coordenadores.

Segundo Weid (2004), o exercício da Agricultura Urbana (AU) vem permitindo que as famílias envolvidas fortaleçam seus laços de vida comunitária, condição indispensável para a emergência de estratégias coletivas para fazer frente aos riscos de insegurança alimentar e nutricional já que a maioria das famílias que migram das zonas rurais para a cidade perdeu a relação com a natureza e sofreu processo de erosão de seus saberes e de transformação de costumes alimentares (ARRUDA, 2006).

O objetivo futuro da ONG é estabelecer um Centro Comunitário de produção de alimentos para o entorno da comunidade localizada na Serra da Misericórdia. Este desafio permite que ao longo de alguns anos, devido à urbanização acelerada e a culminância nas fortes mudanças nas práticas agrícolas urbanas e periurbanas (CARVALHO et al., 2007) se consiga aproximar ou reaproximar as pessoas dessa atividade.

Um dos desafios vistos também nas cidades se encontra no aumento da competição, pois normalmente o produtor urbano não é detentor da área que cultiva o que o deixa à margem do interesse do proprietário da terra e da condescendência por parte do poder público (ARRUDA, 2006). Em contrapartida, existem ações dos movimentos ambientais e de moradores das áreas afetadas por essas transformações, com o propósito de preservação dos espaços rurais e de seus recursos naturais.

Diante disso, a agricultura urbana foi vista, a priori, como fator necessário à recuperação da Serra Misericórdia, além disso, impediu inicialmente que ocorresse um aumento da favelização na região.

De acordo com Madaleno (2002), a agricultura urbana não é um fenômeno novo nas cidades e atualmente é cada vez mais considerada como parte integral da

gestão urbana, sendo uma ferramenta para a diminuição da pobreza, por meio da geração de renda e empregos, além de trabalhar com o manejo ambiental. Neste sentido, a AU no Brasil passa a integrar o rol de opções de políticas sociais que buscam o resgate da cidadania e da sustentabilidade urbana (ARRUDA, 2006).

Para Madaleno (2002), a promoção da agricultura no meio urbano com o enfoque agroecológico tem contribuído para tornar as cidades mais produtivas e auto-suficientes, isto aliado ao apelo ambiental que esta atividade apresenta, resgatando a comunhão do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo em tempo parcial.

A Agricultura Urbana diferencia-se em função da dimensão exploratória que possui. O objetivo da atividade (comercial, reinserção social, complementação de renda, resgate e preservação cultural) e a origem (atividades espontâneas, projetos privados ou governamentais) (CARVALHO et al., 2007).

Na ONG Verdejar, as práticas culturais na Serra da Misericórdia são caracterizadas pelo o Sr. Luiz Poeta, principal idealizador, como um alicerce experimental. A produção de alimentos é principalmente decorrente da aproximação da ONG com a comunidade que gera, por sinal, uma satisfação e conhecimento em obterem alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos.

Para Madaleno (2002), a promoção da agricultura no meio urbano com o enfoque agroecológico tem contribuído para tornar as cidades mais produtivas e auto suficientes, isto aliado ao apelo ambiental que esta atividade apresenta, resgatando a comunhão do ser humano com a biodiversidade natural e a agricultura, mesmo em tempo parcial.

Neste contexto, a próxima referência, a agroecologia, pode tornar-se um instrumento importante para as atividades de agricultura desenvolvidas em áreas urbanas e periurbanas, pois orienta um trabalho adjacente entre produção de alimentos, bem estar social e gestão ambiental nas áreas urbanas.

Segundo Aquino e Assis (2007) a agroecologia é um instrumento importante na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas em pequena escala sob administração familiar, em função principalmente da baixa dependência

de insumos externos dos sistemas de produção preconizados, que procuram manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas.

Corroborando com a afirmativa, a agroecologia é uma das temáticas que gera a discussão e o desenvolvimento das atividades de agricultura em áreas urbanas.

2.2 Agroecologia

A agroecologia vem ao longo do tempo se constituindo como uma base para enfrentar as grandes questões ambientais, em busca de uma maior sustentabilidade. De acordo com Altieri (2009), a agroecologia é a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade.

> "A urgente necessidade de combater a miséria rural e regenerar a base dos recursos de pequenas propriedades tem estimulado diversas Organizações Não Governamentais (ONGs) nos países em desenvolvimento, a buscar ativamente novas estratégias de desenvolvimento e manejo de recursos na agricultura" (ALTIERI, 2009, p.41).

A agroecologia deve ser encarada como um paradigma científico que agrupa várias áreas do conhecimento, com intuito de perceber, estudar e interferir em processos sociais, políticos, organizativos, culturais, ecológicos e ambientais (PETERSEN e DIAS, 2007) que permeiam uma abordagem holística e um enfoque sistêmico.

A construção de uma agricultura dita alternativa inspira manifestações desde os anos 70 no Rio de Janeiro, com iniciativas como a Associação de Agricultores Biológicos (ABIO), Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais (COONATURA) e o Grupo de Agricultura Ecológica (GAE - UFRRJ), primeiros grupos de contestação a agricultura convencional com base na utilização de insumos sintéticos, principalmente os agrotóxicos.

Estas iniciativas também contribuíram para as primeiras ocupações de terra que foram se transformando em assentamentos e experimentando práticas

agroecológicas. O Rio de Janeiro foi também palco de várias articulações nacionais em prol deste movimento, como o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa em 1984, o Seminário Nacional de Agricultura Alternativa em 1994 e o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas nos anos 80.

Todos os eventos listados obtinham um desafio comum: a convivência com o meio ambiente a partir de uma agricultura com base ecológica, não desvinculada de preceitos como a organização política dos agricultores e seu desenvolvimento social.

O movimento se fortaleceu ainda através da realização dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) e através de experiências de âmbito e contribuição nacional para o tema com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e a Fazendinha Agroecológica do Km 47[5], em Seropédica-RJ.

A abordagem agroecológica se relaciona com a agricultura urbana, pois possibilita um aumento no desempenho na produção, além de assegurar a sustentabilidade ambiental, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação de recursos e a equidade social. Através desses princípios se constitui de um sistema baseado na valorização dos recursos naturais (biodiversidade, solo e água) disponíveis em cada localidade e na baixa dependência de insumos (CARVALHO, et al., 2007).

Segundo Caporal e Costabeber (2002), sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistemas como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais.

As atividades desenvolvidas pela organização possibilitam resgatar da originalidade, os valores e as atividades desenvolvidas por muitos moradores que anteriormente se encontravam em um contexto rural, mas agora em zona urbana.

De acordo com Carvalho e Knauss (2007), os agricultores urbanos que sobrevivem em pequenas, médias e grandes cidades não possuem assistência

[5] Sistema integrado de produção agroecológica, resultado da parceria entre a Embrapa (Agrobiologia e Solos), a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a PESAGRO-RIO, que funciona desde 1993.

técnica e não são consideradas pelos órgãos de fomento e extensão. Desse modo, muitas vezes, utilizam práticas e aportes tecnológicos originados anteriormente ao processo de modernização na agricultura, desaparecidos atualmente de ambientes rurais altamente tecnificados.

Esta retomada possibilita o desenvolvimento de práticas alternativas que visam à redução de agressão ao meio ambiente. Na ONG Verdejar, muitos conhecimentos que são colocados em prática foram adquiridos ao longo da experiência dos atores envolvidos, além do constante aprimoramento alcançado nos cursos, palestras e congressos.

Para Caporal (2009), a adesão ao enfoque agroecológico não supõe contestar ou defender uma nova “revolução modernizadora”, mas sim uma ação dialética transformadora, como já vem ocorrendo.

O processo desta adesão parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico, para dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica.

A experiência agroecológica se relaciona com o conhecimento popular acumulado, principalmente das mulheres e famílias que possuem sua origem rural. e mesmo através de preconceitos, marginalização e da limitação de recursos em zona urbana possuem criatividade para adaptá-lo ao meio urbano.

Para Caporal (2009), a Agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este novo paradigma se nutre do conhecimento acumulado por várias outras disciplinas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores. Isto permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas e sim também os processos de desenvolvimento rural mais humanizado.

A ONG Verdejar possui como referência em suas atividades, a agroecologia. Essencialmente por orientar um trabalho da recuperação da Serra da Misericórdia, a partir de um modelo sustentável de desenvolvimento da mata nativa, assim como em referência à produção de algumas hortaliças para consumo na localidade.

Neste contexto, outra revisão que norteia este trabalho e é vista como fomentadora das ações da Verdejar na promoção da Agricultura Urbana é a Segurança Alimentar e Nutricional, visto que ao propor uma produção de alimentos com fins comunitários e com a finalidade de gerar renda, garante ao acesso a alimentos mais saudáveis e livres de agroquímicos.

2.3 Segurança Alimentar e Nutricional

Uma dimensão especialmente relevante na experiência da ONG Verdejar diz respeito à promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias envolvidas.

Para melhor compreensão de como esta temática é importante ao grupo, é necessária a uma breve revisão a respeito. Começando por definir o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

De acordo com a II CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAN, 2004, Segurança Alimentar e Nutricional é o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente, sem interferir em outras necessidades essenciais, tendo como suporte práticas que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientalmente, socialmente e economicamente sustentáveis.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO, em relatório de 1996, garante que o planeta produz uma vez e meia a quantidade de alimentos necessária para satisfazer toda a sua população, ou seja, produz o suficiente para alimentar 6 bilhões de pessoas.

Neste contexto, as conseqüências mais graves da pobreza e da miséria vêm sendo reforçadas pela má distribuição de renda. Além dos efeitos da perda dos rendimentos e do poder de consumo há ainda os problemas sociais e físicos, que ocasionam, além da falta de acesso aos alimentos, a dificuldade de acesso à informação.

A não disponibilidade de alimentos proporciona e a falta de acesso, os fatores decisivos para obter a segurança alimentar e nutricional adequada.

A promoção da SAN como define o CERESAN (2006) possui três referências que lhes são essenciais: a) direito humano à alimentação adequada; b) soberania alimentar; c) relação com a promoção do desenvolvimento.

Segundo o CONSEA (2004), uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional avança em relação às ações e programas desenvolvidos por esses diferentes segmentos ao promover os seguintes princípios.

- Intersetorialidade;

- Ações conjuntas entre Estados e sociedade;

- Equidade, superando as desigualdades econômicas, sociais, de gênero e étnicas;

- Articulação ente orçamento e gestão;

- Abrangência e articulação entre ações estruturais e medidas emergenciais.

Todos têm o direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Ela deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem nunca comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito brasileiro, um direito de se alimentar devidamente. Isso é Segurança Alimentar e Nutricional (SOUZA, 2010).

Nesse sentido, a SAN propõe como objetivo de ações e políticas públicas com a natureza estratégica, na medida em que ela orienta opções em vários campos e requer mecanismos e instrumentos permanentes para assegurar sua consecução.

Para Maluf (2007), o acesso aos recursos naturais e a posse de ativos podem ser condicionantes para redução da insegurança alimentar, por gerar a capacidade de se obter acesso a alimentos.

Outros fatores são observados como limitadores deste acesso aos recursos, como água, regularidade de propriedades para produzir e condições ambientais.

De acordo com Maluf (2007) há um número considerável de Programas que visam à redução de danos causados pela carência de alimentos ou nutrientes, além disso, há ações de solidariedade de apoio as famílias e grupos sociais, as quais são desenvolvidas por entidades.

As pessoas que fazem parte deste cenário de desnutrição, com o tempo, têm sensibilizado a sociedade quanto à insegurança alimentar em relação à escassez de alimentos e ao exagero da má alimentação, causador da obesidade.

Na verdade, observa-se uma busca nas ações de entidades como ONGs no fornecimento de oportunidades para melhorar a qualidade de vida da sociedade, o que muitas vezes o Estado não consegue atender.

As entidades que apóiam esta questão são mentoras da segurança alimentar pela forma que abrangem suas atividades à população que participa ou na disseminação dos conhecimentos originados no momento de interação grupo social e entidades.

A ONG Verdejar possui uma auto-referência como grupo promotor de Segurança Alimentar e Nutricional. Por se encontrar em uma área de grande concentração populacional e a diversos problemas sociais e ambientais gerados pela falta de um planejamento urbano, pôs em primeiro plano a preocupação com o meio ambiente.

Ao longo de sua trajetória e diante de novos debates permitiu a inclusão de temas que atualmente são difundidos nos encontros para discussão e como fonte das ações freqüentes da ONG. Um desses temas é a Agroecologia discutida no capítulo 2 (item 2.2) e a Segurança Alimentar e Nutricional, por demonstrar preocupação quanto à alimentação de qualidade.

Outra ação promotora de Segurança Alimentar e Nutricional é a disseminação do cultivo de sementes para o consumo de sua germinação na comunidade, que inclusive incentiva muitas crianças a comerem, devido ao pequeno porte e a coloração viva que possui. Este artifício em produzi-las é utilizado, pois acredita-se que há um maior teor energético em alimentos de origem vegetal consumidos normalmente como hortaliças, grãos e legumes.

Estas sementes germinadas são à base da alimentação das refeições nos momentos dos Mutirões, além disso, a comunidade que visita as áreas tem acesso e muitas pessoas as utilizam nas suas casas.

Diante disso, a referência em relação à Agricultura Urbana é uma das formas de restringir a insegurança alimentar, pois proporciona oportunidades às famílias pobres que não possuem condições suficientes de arcar regularmente com os gastos para comprar os alimentos perecíveis que contêm micronutrientes essenciais. (ARRUDA et al., 2010).

Além disso, outra ação da Agricultura Urbana está em não somente minimizar/acabar com a fome da população marginalizada e sim proporcionar às pessoas que possuem dificuldade de se alimentarem de uma forma saudável e adequada maior acesso aos alimentos.

Diante da importância da Agricultura Urbana na garantia da Segurança Alimentar é que a criação de políticas públicas seja ressaltada, de modo que possa incluir quatro dimensões integradas de atuação e algumas temáticas de distribuição, acesso e consumo de alimentos, sendo elas:

i) referente à produção de alimentos em áreas rurais e urbanas, como assentamentos, agricultura familiar e hortas urbanas (comunitárias e escolares);

ii) abrange programas de distribuição suplementar ou emergencial de alimentos para grupos específicos (hospitais, escolas, penitenciárias);

iii) ações no campo de abastecimento e distribuição;

iv) engloba a educação alimentar, a educação para o consumo sustentável, organização e treinamento dos consumidores (ALMEIDA et al., 2006).

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, a metodologia foi dividida em duas fases: a fase exploratória, e logo após a pesquisa de campo propriamente dita, para a realização de visitas e entrevistas.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa assim como a Revisão Bibliográfica, a metodologia foi dividida em duas fases: a fase exploratória e logo após a pesquisa de campo propriamente dita, para a realização de visitas e entrevistas.

3. METODOLOGIA

Esse relatório de pesquisa construirá sua metodologia baseado nas pesquisas qualitativas por ser este o método que mais se adequou à dinâmica estabelecida para realização dos objetivos expressos no início do relatório.

As pesquisas qualitativas surgiram nas Ciências Sociais e Humanas principalmente para atender às peculiaridades dos fenômenos que não podiam ser adequadamente quantificados. Isso porque envolvem o pesquisador num campo de investigação constituído de pessoas, de grupos, de comunidades e de instituições que formam um campo plural de ideias e interpretações, perpassado por valores,

atitudes, crenças, opiniões e representações culturais de toda ordem (SCHMIDT, 2008).

As técnicas escolhidas para as primeiras abordagens de campo nesta monografia foram a observação participante e a entrevista semi-estruturada. A observação participante é uma técnica que permite uma maior aproximação do objeto de estudo a fim de construir a relação de confiança e acompanhar o desenvolvimento de atividades tais como: encontros, festas e reuniões.

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado (VALLADARES, 2007).

Já a entrevista semi-estruturada parte de um roteiro no qual pode ser individual ou coletivo contendo perguntas abertas e flexíveis, onde é possível identificar e discutir novas informações onde podem ser obtidos dados quantitativos.

Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI et al., 2005).

3.1. Fase exploratória

A Fase exploratória foi responsável pela obtenção de informações sobre a ONG Verdejar e teve início no segundo semestre de 2009.

No mês de outubro foi realizada uma visita na sede da ONG Verdejar, localizada na Serra da Misericórdia, no Complexo do Alemão, onde ocorreu o Pré-Cidades. Houve a reapresentação do responsável pela ONG o Sr. Luiz Poeta, seguida de uma visita à horta no local onde estava sendo construída pelos colaboradores da ONG Verdejar.

Neste encontro, todos os participantes puderam se apresentar e foram realizadas dinâmicas de integração com os visitantes. Após as apresentações ocorreu a caminhada ecológica com a participação de todos os presentes até o pico 360º da Serra da Misericórdia.

O intuito era conhecer um pouco mais sobre o Verdejar e quais seus objetivos e também para que os participantes pudessem observar a área e o abandono em relação ocasionado pela ausência do Governo Estadual, assim com aos impactos negativos devido a exploração do setor minerador e ocupação desordenada.

No mês de novembro foi realizado o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade, no qual foram abordados temas agroecológicos, também foram oferecidas oficinas pelos membros da ONG Verdejar e outros.



Figura 7. III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Pammella Galdino Dutra, 2009.

3.2. Pesquisa de campo

Pesquisa de campo é uma metodologia aplicada na pesquisa científica. Como o nome já o caracteriza, a coleta de dados é realizada “em campo”, onde os fenômenos ocorrem de forma espontânea, sem a interferência do pesquisador. Os dados coletados são analisados logo após a ida ao campo. E para isso, se utiliza diversos métodos, tanto para coleta (entrevista, questionário, formulário etc.) quanto para análise (tabulações de dados, elaboração de gráficos, quadros, mapas, interpretação e conclusão) (ARAUJO et al., 2008).

Com base nessas referências, o relatório de pesquisa foi realizado a partir da coleta de dados em Janeiro de 2010, utilizando como eixo, o roteiro de entrevista guiada (Anexo 7.2).

Após os contatos realizados na fase exploratória foram identificados três informantes chaves para serem entrevistados, quais sejam:

Dois coordenadores da ONG Verdejar, um que é componente da equipe desde 1999 e o outro coordenador que se integrou no ano de 2004 e um membro da família que foi o pioneiro e esta desde então participando de todas as atividades do grupo. As entrevistas foram realizadas na sede do Verdejar, na Serra da Misericórdia no dia 23 de janeiro de 2010. A fim de buscar a organização hierárquica estabelecida na organização e para melhor o desempenho de suas atividades.

O roteiro da entrevista foi constituído de questões semi-estruturadas para obter esclarecimentos sobre o grupo com perguntas abertas relacionadas à agricultura urbana. Estas perguntas foram feitas com intuito de saber como o grupo se articula, qual o significado dos grupos, como eles se organizam, se o projeto mudou a vida das pessoas, se sim, essa mudança foi positiva ou não, quais as barreiras que ainda têm que ser derrubadas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode ser constatada que existe um movimento fomentador de agricultura urbana organizado pela ONG Verdejar, iniciada pelos coordenadores e voluntários da instituição, ainda que essa iniciativa não obtenha finalidade comercial para a sustentabilidade financeira do grupo.

Há principal proposta em realizar esta atividade está na qualidade de vida como um todo. A entidade busca propor uma maior interação do homem com a natureza, a partir do momento que propõe eventos de aproximação do público com a localização da sede da ONG, na Serra da Misericórdia.

Além disso, muitos contatos são estabelecidos entre a instituição e a população, os quais abordam diversas temáticas nos momentos desses encontros e por isso foram utilizadas como diretrizes deste trabalho como: Agricultura Urbana, Agroecologia e Segurança Alimentar e Nutricional.

A agroecologia é o tema mais distribuído e discutido nos encontros, possivelmente pelo manejo realizado de toda área obter por influência os princípios norteadores da agroecologia, os quais priorizam a harmonificação dos aparatos ecológicos, associado à produção de alimentos.

A segurança alimentar e nutricional é difundida nos momentos que há efetivamente a produção de vegetais livres de resíduos agroquímicos e a produção de sementes germinadas, nova tecnologia utilizada para consumo de verduras com maior teor nutricional que as convencionais.

Os resultados diante das ações da ONG são visíveis, pois além dos visitantes que participam dos eventos, denominados mutirões, já é perceptível uma inclinação da população local em se envolver nos trabalhos.

Muitos desses, já participam e atuam no manejo da área ou na preservação, por separarem seus lixos ou não depositarem na Serra. Além disso, o trabalho realizado com jovens e crianças já culmina com a disseminação destes conhecimentos. Logo, demonstra que o trabalho desenvolvido pela ONG Verdejar possui grande relevância no contexto em que está inserido.

Durante a realização da pesquisa das literaturas acumuladas sobre os temas referentes ao trabalho, nas entrevistas e nas visitas a campo foi possível perceber que esses temas são efetivamente discutidos na academia e que a nesses momentos de encontros muitos participantes trazem conceitos e procuram adequar a realidade da ONG.

Isso ocorre provavelmente por haver uma gama de diversidade sociocultural envolvida nos trabalhos, desde jovens universitários a crianças carentes moradoras da região. Ainda sim, a instituição admite a necessidade de um maior apoio constante aos trabalhos.

O objetivo da ONG Verdejar quando iniciou suas mobilizações estava relacionado principalmente à busca da interação do homem com a natureza, no entanto ao pensar-agir sob esta ótica sistêmica essa iniciativa trouxe melhoria na qualidade alimentar, assim como na qualidade de vida como um todo ganhos nas relação sociais, interações entre grupos diversos, intercâmbio cultural com outros núcleos que atuam no movimento agroecológico carioca.

Destaca-se também a importância da dimensão sócio-cultural, que com o trabalho em grupo, gera uma interação social, desconsidera o mundo no âmbito global de autoritarismo com tendência tecnicista para uma realidade mais criativa e inovadora, onde a juventude atua constantemente com a comunidade local e através das respostas das entrevistas nota-se a preocupação no que se diz respeito às questões sociais.



Figura 8. Momento de descontração na ONG Verdejar.
Fonte: Juliana Arruda, 2009.

Neste sentido, os produtos gerados no trabalho coletivo têm a primeira função, que é a alimentação do grupo que os cultiva, a outra função é tornar a atividade lucrativa, sem, no entanto abandonar a preocupação agroecológica, o que fica explicito nas entrevistas realizadas, como a declaração de um dos participantes ativos do grupo *"um dos nossos objetivos aqui é manter jovens e crianças da comunidade trabalhando e tendo educação ambiental, a gente está tentando conseguir bolsas para esses jovens"*.

Outra preocupação que se destaca nas falas dos componentes do grupo é a preocupação com o aumento da violência, mazela infelizmente muito constante e próxima da área de atuação do grupo, o Engenho da Rainha.

Confirma-se quanto à organização econômica que há necessidade de um planejamento ascendente no que se refere ao manejo produtivo da ONG, sem obter a dependência de voluntários no momento dos encontros ou mesmo a doação de

materiais para realização de tais manejos. Pelos participantes nos momentos dos mutirões.

Destaca-se a importância da dimensão sócio-cultural, que com o trabalho em grupo, gera uma interação social, que desconsidera o mundo no âmbito global de autoritarismo com tendência tecnicista para uma realidade mais criativa e inovadora, onde a juventude atua constantemente com a comunidade local e através das respostas das entrevistas nota-se a preocupação no que se diz respeito às questões sociais.

Sobre a análise dos problemas enfrentados pelo grupo foi possível identificar que muitas das metas que almejam alcançar ocorrem em confronto com a finalidade de comercializar seus produtos de maneira que atenda a demanda local, de feiras ou de redes ecológicas, partindo da premissa em que todos têm condições de contribuir com suas experiências individuais.

A sustentabilidade econômica do grupo é outro fator limitante, pois é dependente de doações de comerciantes e moradores do bairro, mas que não obtém a freqüência necessária para viabilizar as necessidades.

Por isso, quanto à organização econômica, há necessidade de um planejamento ascendente no que se refere ao manejo produtivo da ONG, sem obter a dependência de voluntários no momento dos encontros ou mesmo a doação de materiais para realização de tais manejos.

A partir desta constatação, os moradores dessa região possuem pouco contato com a natureza e enxergam à Serra da Misericórdia como um local onde podem voltar às raízes, pois muitos desses moradores são famílias que migraram das zonas rurais e que devido às circunstâncias acabaram perdendo o contato com a terra. Esta proposição foi observada através de entrevista realizada com um dos coordenadores do Verdejar.

> “Nas comunidades do entorno da Serra que a gente conhece, a gente consegue observar que de fato e pelos estudos e tudo mais, que essas comunidades daqui do entorno são formadas principalmente por imigrantes, pessoas que vem do sertão e de outras áreas.”

Neste sentido, essa entrevista corrobora com as afirmações de ARRUDA (2006), em relação à perda da relação homem – natureza na migração da população de áreas rurais para o espaço urbano.

Essas pessoas acabam se distanciando, perdendo esse contato com a natureza e acabam encontrando na prática de Agricultura Urbana uma forma de resgatar um pouco de suas raízes, sendo que a ONG, oferece esse espaço para que a comunidade local e outros voluntários trabalhem no local e contribuíam para que ainda seja preservado o pouco da área verde que resta na localidade.

> "Quando você vê que as pessoas começam a ter contato com esse tipo de trabalho, com agricultura urbana, com agroecologia, da recuperação de áreas degradadas, esse relacionamento com as áreas verdes, com a natureza mesmo, as pessoas começam a mudar os sentimentos, a forma de ver as coisas, começam a entender, a ter outro horizonte, novas perspectivas, conhecer gente diferente também, porque você vê nossa experiência tem dia que tem nossa atividade aqui que tem gente de vários lugares da cidade, zona Norte, Zona Sul, Zona Oeste de varias condições sociais e às vezes ate de outros países, de outros estados e todo mundo junto trabalhando, dançando, se divertindo, comendo", (SR. LUIZ POETA).

> "Eu acho que o que esse tipo de trabalho provoca na sociedade assim é uma coisa que falta que tem provocado uma série de problemas sociais gravíssimos como a violência, por exemplo, a violência vem dessa coisa da banalização da vida, dessa coisa sei lá da gente pensar que tudo é descartável que as coisas são muito imediatas, não deu certo agora não vai dar mais, a natureza ensina um pouco pra gente que as coisas são cíclicas, que tudo tem o seu tempo, você pode esperar um pouco mais, que você pode aprender outras coisas enquanto você esta esperando que uma aconteça, eu acho que esse contato que essa relação é muito importante e sem duvida é o trabalho com agroecologia e o trabalho com áreas verdes aqui na cidade e com outras experiências demonstram a transformação das pessoas", (SR. LUIZ POETA).

Os colaboradores se envolvem na limpeza do local e na manutenção da horta, nesse espaço são cultivadas diversas hortaliças. No intervalo de tempo entre os

mutirões, quem cuida dos cultivos é um dos coordenadores da ONG, que mora na localidade.

> “Tenho um histórico de criança que meus pais trabalhavam com agricultura urbana, meu pai trabalhava como marceneiro e minha mãe criava porco, galinha, pato, plantava salsa, cebolinha, couve, banana, aqui mesmo em um bairro do rio, sempre quando vou dar uma palestra sobre a minha chegada no verdejar eu dou uma passada lá na minha infância. Desde 2005 me considero um agricultor familiar, antes me considerava um ambientalista. Sempre gostei de agricultura, tenho uma raiz na agricultura.”

Este trabalho é de extrema importância, pois um dos objetivos da ONG Verdejar e propor a AU como forma de melhorar a qualidade de vida, não só inserindo alimento de boa qualidade, mas também uma forma de criar projetos para que possa dessa forma estar inserindo os jovens da comunidade em trabalhos voltados a AU e agroecologia, essa é uma proposta descrita pelo membro da família entrevistada.

> “Manter jovens e crianças da comunidade trabalhando e tendo educação ambiental, a gente esta tentando conseguir bolsas para os jovens”.

Ao ser perguntado o porquê e quando ele decidiu apoiar as iniciativas de agricultura urbana, um dos coordenadores do Verdejar deixou clara a importância de desenvolver esse tipo de trabalho em grandes bairros, como sendo uma forma de resgatar valores, incluir atividades no cotidiano das pessoas até então desconhecidas e através da Agricultura Urbana, inserir um pouco mais de qualidade e segurança alimentar em suas mesas.

> “A gente começou a entender a perceber que você fazer um trabalho voluntário na área urbana próxima a comunidade carente nessa região que tem essas características aqui da serra, cercado de comunidades por todos os lados, tem uma área degradada imensa, tem algumas áreas já com alguns indícios de recuperação, mas muita área ainda degradada, então a gente enxergou na agroecologia e na AU uma saída, uma resposta pra essa situação até de isolamento que existe. Nós fizemos essa horta para frear o (crescimento) a partir daí que a gente começou a vislumbrar e a entender que tem um potencial muito grande trabalhar com essa questão da alimentação aqui, só falta a gente tentar

> fazer um pouco essa integração, ai a gente vem trabalhando com isso desde então.” (SR. LUIZ POETA)

Essa afirmação deixa claro que com a devida integração dos envolvidos é possível trabalhar a agricultura urbana, eles são conscientes quanto à importância de manter a preservação da Serra da Misericórdia e não abandonar essa preocupação em relação à Agricultura Urbana, visto que, essa prática pode vir a contribuir para uma maior integração da comunidade local e para a melhoria de vida.

Ao ser perguntado sobre os desafios encontrados para a questão da sustentabilidade dessas iniciativas o coordenador respondeu que:

> “Depende muito do foco das iniciativas, aqui a gente iniciou com o foco de garantir a preservação da área, criar uma barreira verde para que as casa parassem pra que a gente pudesse fazer esse trabalho de recuperação daqui e tem dado certo é um desafio manter, mas tem dado certo, agora a gente esta mudando um pouco o foco, o foco. Agora estamos pensando a agroecologia para a geração de trabalho e renda a partir de oportunidade de educação ambiental, o desafio agora vai ser organizar esse espaço, pra que a gente possa demonstrar que é possível gerar trabalho e renda a partir desta iniciativa”, (SR. LUIZ POETA).
>
> “a gente ta desde o ano passado discutindo muito, sabe? Buscando formação e informação é a questão da sistematização da experiência, porque a gente vai fazendo, vai fazendo, mas não tem uma medição das mudas, do solo, da recuperação mesmo em si, ai depois pra você demonstrar isso fica difícil, não tem parâmetro, um indicador, um marco zero, não tem nada, isso é outra dificuldade que a gente tem aqui, mas que desde o ano passado a gente tem tentado enfrentar mais conscientemente esse problema”, (SR. LUIZ POETA).

Sobre o alimento oriundo da horta, o integrante da família disse:

> “Vendemos também para a Rede Ecológica, a gente praticamente faz uma troca com os voluntários que vem para o mutirão, então fazemos o alimento e doamos também para a comunidade e vendemos em feiras.”

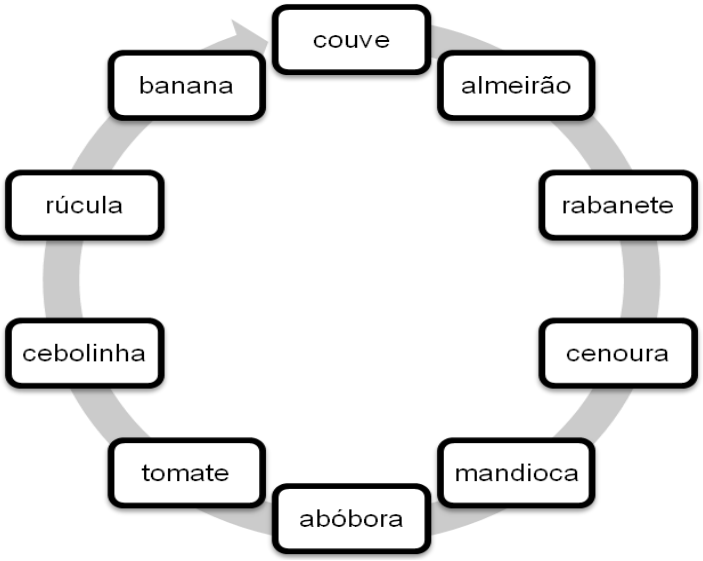


Figura 9. Culturas geralmente plantadas pela ONG.
Fonte: Daiane Antonio dos Santos, 2010.

Quanto aos ganhos intangíveis o projeto cumpriu seus objetivos que *a priori* eram analisar e acompanhar os coordenadores da ONG Verdejar que participam ou estimulam ações de AU relevantes na região e não deixando de valorizar o saber popular e a integração com os conhecimentos e experiências acumulados na academia.

5. CONCLUSÕES

As atividades realizadas através dos colaboradores da ONG Verdejar é um muito importante não só para as famílias que atuam na ONG, como também para toda a comunidade local, visto que, essas famílias se encontram em locais de vulnerabilidade social e ambiental, com intensa marginalização e aglomeração de moradias.

O trabalho na ONG Verdejar é realizado através dos Mutirões Ecológicos que ocorrem mensalmente de sexta a domingo. Há outros que ocorrem com menos freqüência como: Verdejar de Natal, oficinas e até mesmo com a participação da ONG em alas de carnaval.

As atividades nos mutirões contam com o apoio da comunidade e dos membros integrantes da equipe e envolvem diversas atividades de cunho cultural e ambiental.

Pode-se notar a integração entre os coordenadores e os voluntários da instituição, onde se percebe que não há somente a troca de conhecimentos e sim uma busca pelas responsabilidades individuais, focando também na prática da Agricultura Urbana.

A ONG busca apresentar essas iniciativas à comunidade local e tentar trazer cada vez mais participantes, conscientizando da importância de ter um alimento de boa qualidade e demonstrando essas possibilidades.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **História da ABONG de 1991 a 2006**. Disponível em: http://www.abong.org.br/biblioteca.php> Acesso em: 25/11/2010.

ADAM, M. G. **Definitions and boundaries of the periurban interface – patterns in the patchwork.** Paper presented at IBSRAM International Workshop on Urban and Peri Urban Agriculture, Accra, Aug., 1999.

ALMEIDA, L.M.M.C.; PAULILLO, L.F.; BERGAMASCO, S.M.P.P; FERRANTE, V.L.S.B. Políticas públicas, redes de segurança alimentar e agricultura familiar: elementos para a construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v.14, n.2, 205-235, 2006.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva na agricultura sustentável**. 5 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.117 p.

_____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaiba: Ed. Agropecuária, 2002. pp. 73-83.

AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente & Sociedade,** vol.10, n.1, 2007. pp. 137-150.

ARAUJO, E.C; LEAL, J.C; OLIVEIRA, M.L.D. **Pesquisa de Campo**. Metodologias qualitativas de pesquisa. Salvador: Fast Design, 2008. Cap.7

ARRUDA, J. **Agricultura urbana e peri-urbana em Campinas/SP: Análise do Programa de Hortas Comunitárias como subsídio para políticas públicas**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

ARRUDA, J; MALUF, R.J.; SOUZA, R.S.; RIBEIRO, G.S. **Movimentos sociais: caminho para a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada.** V Encontro Nacional de Estudos do Consumo e I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo : Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro, 2010.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**.Vol. 2, n.1, 2005.

CAPORAL, F.R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações**. Brasília – DF, 2009.36 p.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável.** 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.p.15-50.

_____. Segurança Alimentar e Agricultura sustentável: uma perpectiva agroecológica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, vol.1, n.1, 2006.

CARVALHO, V.S. **Educação Ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2006. 256p.

CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (org.) **Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual.** Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Editora Positiva, 2004.

COSTA, F.X.P.; CARVALHO, I.C.; MELO NETO, J.F. **Incubação de Empreendimento Solidário Popular: fragmentos teóricos.** João Pessoa – PB, 2006. 144p.

ECOLISTA. **Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas**. Disponível em: < http://www.ecolista.com.br/ecolista/page/evol/ > Acesso em: 28/11/2010.

FIEGE, H.J. **ONGs no Brasil: Um Perfil de um mundo em mudança.** Fortaleza-CE. Fundação Konrad Adenauer, 2003. 236 p.

JACOBI, P. **Movimento ambientalista no Brasil- Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas.** In: Ribeiro, W. (org. Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP, 2003.

HALDER, S.J.B.; MENDONÇA, M.M.; MONTEIRO, D. AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. Programa de Agricultura Urbana - Textos e documentos. **Agricultura urbana: natural aqui no Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.aspta.org.br/programas-de-agricultura-urbana/parceiros-locais/Agric%20Urbana%20caderno%20metropoli.pdf/view> Acesso em: 28 Nov. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: resultados preliminares 2000.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 10 Jul. 2010.

MADALENO, I.M. **A cidade das mangueiras: agricultura urbana em Belém do Pará**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2002. 193 p.

MALUF, R. S. J. **Segurança alimentar e nutricional.** Coleção Conceitos Fundamentais. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MELO NETO, J.F. **Extensão popular**. 1 ed. v. 1000. 97 p; João Pessoa - PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks.** In: Bakker et al. (eds.). Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda, p. 1-42, 2000.

PETERSEN, P.; DIAS, A. (Orgs) **Construção do Conhecimento Agroecológico. Novos Papéis, Novas Identidades.** Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Recife: Gráfica Popular, 2007.

PORTAL AGROECOLÓGICO. **Agroecologia**. Disponível em: < http://permaculturabr.ning.com/group/agroecologia > Acesso em: 24 Jun. 2010.

PORTAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.oriodejaneiro.net/bairroszonanorte.htm> Acesso em : 20 Maio. 2010.

ROMANO, J.O. **Pobreza: o problema e a construção de soluções**. Agriculturas, v. 5, n. 4, dezembro de 2008.

SOUZA, R.S. **Identificação dos atores sociais que participam ou estimulam ações de agricultura urbana relevantes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Relatório de Iniciação Científica. Processo FAPERJ E-26/100.585/2009. Seropédica, 2010.

SCHMIDT, M.L.S. Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área de saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413-81232008000200014&ing=pt&tlng=pt> Acesso em: 15 jun.2010

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____ **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 63, Feb. 2007.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo – Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.

VIOLA, E.; LEIS, H.**"A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável".** In: HOGAN, Daniel e VIEIRA, Paulo. (orgs.) Dilemas Sócioambientais e Desenvolvimento Sustentável.Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

WEID, J. M. Agroecologia: condição para a segurança alimentar. **Agriculturas – Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-7, 2004.

7. ANEXOS

7.1 Histórico da criação da ABONG

1983 - Algumas ONGs do Rio de Janeiro, Recife, Rio Grande do Sul e São Paulo foram pioneiras na criação de fóruns regionais, espaços de encontros, discussão e troca de experiências entre as ONGs;

1984 - As ONGs do Rio de Janeiro, CEDAC, IBASE, FASE, CEDI, ISER, CENPLA e NOVA se reúnem para trocar informações e discutir temas de interesse coletivo, como a relação com os movimentos sociais, o Estado brasileiro e a Cooperação Internacional. A este grupo, mais tarde, se deu o nome de Fórum Informal de ONGs do Rio de Janeiro;

1986 - Encontro Nacional de ONGs, convocado por CENPLA, FASE e IBASE, com a participação de ONGs de outros países da América Latina. Nesse encontro debateu-se o protagonismo das ONGs, o papel na construção de democracia brasileira e as mudanças no campo da cooperação;

1987 - ONGs brasileiras são convidadas a integrar as diversas plataformas de contrapartes das Agências de Cooperação;

1988 - Seminários sobre a relação das ONGs com o Estado no Brasil e na Alemanha – realizado por EZE, IECLB/CAPA, CEDI, CESE, FASE, IBASE

1989 - II Encontro de Contrapartes da Novib no Brasil;
Seminário “Cooperação Internacional: Desafios e Possibilidades”, realizado em Itatiaia com representantes de 34 ONGs de vários estados. Discutiram os principais problemas no campo da Cooperação Internacional ao Desenvolvimento. Presentes também representantes da OXFAM, Desco (Peru), Equipam Pueblo (México);

1990 - Conjunto de ONGs se encontram para analisar os efeitos do Plano Collor sobre as ONGs e começam a pensar na possibilidade de criação de uma Associação Nacional de ONGs;

1991 - Grupo de Trabalho elabora documento base para a Carta de Princípios: ”A consolidação da identidade das ONGs e a proposta da associação”. Fundação da ABONG – Eleito Conselho Diretor composto por: Diretoria Executiva - presidente, secretaria geral, tesoureiro e mais 6 diretorias regionais (Norte, Nordeste, Centro-oeste,São Paulo, Sul e Sudeste) – Presidente de honra Herbert de Souza – Betinho;

1992 - Assembléia de 1992 foi proposta a ampliação do Conselho Diretor com a criação de um Conselho Fiscal Seminário Terra e Democracia ECO 92 - preparação do Fórum Global evento que reuniu ONGs de todo o mundo no RJ. Seminário Nacional Desenvolvimento e Democracia: o papel das ONGs na sociedade brasileira e Assembléia da ABONG. Participação da ABONG no Movimento pela Ètica na política;

1993 - ABONG prioriza participação na Campanha contra a fome e a miséria pela vida; participação da ABONG nas lutas pela LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, enquanto direito dos cidadãos e inclusão das ONGs com entidades de assessoramento e defesa de direitos;

1994 - Transição entre duas diretorias e duas sedes regionais da ABONG. Mudança da sede para São Paulo; Constituição do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social: ABONG é eleita para o 1º mandato; Seminário: O papel da Cooperação Internacional no Combate à fome e a miséria no Brasil; Prioridade para a articulação com ONGs ambientalistas e com outros setores da sociedade civil; Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD – Cairo; Encontro de Associações Nacionais de ONGs da América Latina e Caribe – Santiago;

1995 - Criação do GT sobre Marco Legal; I PREPCOM para a Conferência de Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social – Copenhague; IV Conferência Internacional da Mulher – Pequim; I Encontro Latino-americano de Associações Nacionais de ONGs - São Paulo;

1996 - Regional Nordeste é dividido em Regional Nordeste 1, Regional Nordeste 2, Regional Nordeste 3; Seminário Nacional: As ONGs e a nova cultura democrática e Assembléia Geral;participação no Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Cúpula Mundial da Alimentação – Roma;

1997 - 1º Workshop para uma política de Gênero de ONGs brasileiras que desencadeia um processo de discussão regional; Seminário sobre Marco Legal; Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania; Encontro Popular Contra o Neoliberalismo, por Trabalho, Terra e Cidadania; Seminário O Controle Social sobre as Políticas de Defesa da Criança e do Adolescente e de Assistência Social;

1998 - Seminário Nacional Agenda Social das ONGs face à crise e Assembléia Geral; International Conference on “Future Capacity Building of Southern NGOs” – IFCB; início da parceria entre ABONG/Unité – plataforma de ONGs suíças de cooperação de intercâmbio de pessoas, E-Changer – ONG suíça responsável pelo envio de voluntários/as;

1999 - Feira de ONGs - A Cidadania a caminho do ano 2000; Seminário sobre a crise brasileira promovido pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania; Mapeamento de Fundos Públicos - Parceria com PAD Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e Entidades Parceiras no Brasil;

2000 - Seminário Nacional Um novo mundo é possível – as ONGS e a luta por um desenvolvimento sem exclusão e Assembléia Geral; Feira das ONG 2000: Um novo mundo é possível; Conferência Latino-Americana Fortalecimento Institucional de

ONGs; Atuação da ABONG na CPI das ONGs; Conferência Mundial de Educação – Dakar; Ampliação do protagonismo e visibilidade pública;

2001 - Constituição de área jurídica na ABONG; Fórum Social Mundial;
III Conferência Mundial Contra O Racismo - Durban, África do Sul; Seminário Latino-americano Estudos sobre as Organizações não Governamentais na América Latina: situação e perspectivas; I Encontro Internacional de Movimentos Sociais – México;

2002 - Seminário Racismo no Brasil; I Fórum Social Pan-Amazônico;Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; Encontro de Lula com Redes Nacionais de ONGs e Movimentos Sociais; Constituição da Inter- Redes; II Fórum Social Mundial 2002 – Abong e parceiros promovem; Seminário A ilusão do desenvolvimento e as alternativas de mudança social para os países do Sul (Ceaal e Alop); Seminário O Impacto do 11 de setembro sobre os direitos humanos (Cejil e CNDH); Conferências:Cultura da violência, cultura doméstica, Conferência Especial de Educação; Documentário: vídeo Um outro mundo já é possível: A Participação das ONGs no FSM 2002; Concurso de vídeo: 1º concurso de Vídeo sobre o Fórum Social Mundial; Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) e Fórum Global da Sociedade Civil;

2003 - ABONG inaugura escritório em Brasília; Seminário Internacional:O papel da sociedade civil nas novas pautas políticas e Assembléia Nacional; XII Encontro de ONGs AIDS: Revendo o ativismo; I Fórum Social Brasileiro
II Fórum Social Pan-Amazônico; Plano Plurianual 2004 – 2007 – participação da ABONG no processo PPA; III Fórum Social Mundial 2003 – ABONG e parceiros promovem: Seminário Outro Diálogo é Possível na Cooperação Norte/sul – Coordination Sud e PAD; Seminário Democratizar a Democracia – Alop, Ceaal e Inter-redes; 2º Seminário Mundial de Políticas Sociais: A Sociedade Civil e a Construção de Políticas Sociais no Cenário Mundial; Convênio ABONG e Coordination Sud – acordo de cooperação firmado durante o III Fórum Social Mundial; Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) – Genebra;

Seminário Diplomacia e Solidariedade Internacional - parceria Abong e Coordination Sud;

2004 - Seminário Marco Legal das ONGs na construção do espaço público: dilemas e desafios na conjuntura atual; Seminário Avaliação do Governo Lula Instalado Conselho de Promoção da Igualdade Racial com representação da ABONG; participação nos Conselhos: Criança e Adolescente, Assistência Social, Cidades, Transparência, Educação Ambiental, Alfabetização, Patrimônio Genético; Participação nos Fóruns: Criança e Adolescente, Assistência Social, Reforma Urbana e Participação Popular; I Fórum Social Nordestino; III Fórum Social Pan-Amazônico; IV Fórum Social Mundial – Mumbai, Índia - ABONG e parceiros promovem: Seminário Papel das ONGs no debate público e nas negociações internacionais: elementos para a definição de uma diplomacia não-governamental; Consenso de Mumbai ABONG, Coordination Sud e Vani; Comércio Justo e soberania alimentar – ABONG e Coordination Sud – Eixo Economia Solidária; Espaço Memória do Fórum Social Mundial – divulgação de textos, fotografias, vídeos e outras referências desde o I FSM; I Fórum Social das Américas – Quito, Equador; Seminário Financiamento do desenvolvimento - ABONG e Coordination Sud; Fórum da Sociedade Civil na XI Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad); Reunião de Líderes Mundiais contra a Fome e a Pobreza na ONU; Nova York – Apoio de ONGs de Brasil, Chile e França à iniciativa dos governos brasileiro, francês, chileno e espanhol de propor novos mecanismos para o combate à fome e à pobreza;

2005 - Seminário Nacional Novas Estratégias para Ampliar a Democracia e a Participação; Marco Legal das ONGs em debate no Congresso Nacional; Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil; Seminário Nacional: Novas Estratégias para Ampliar a Democracia e a Participação; IV Fórum Social Pan-Amazônico; V Fórum Social Mundial – Abong e parceiros promovem: Seminário Internacional Democracia na América Latina, limites e possibilidades para a mudança – ABONG e Mesa de Articulação de Redes e Associações Nacionais de ONGs da América Latina e

Caribe, Mesa de Diálogo e Controvérsias: Novos Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento - ABONG e Coordination Sul, Encontro de Federações Nacionais de ONGs: rumo a uma diplomacia não-governamental - ABONG e Coordination Sud; Ano Brasil na França: Fórum Franco-Brasileiro da Sociedade Civil – convênio ABONG e Coordination SUD; Encontro reúne Mesa de Articulação de Redes e Associações de ONGs da América Latina e Caribe;

2006 - II Fórum Social Brasileiro; participação no FNPP – debate sobre Reforma Política; Seminário Nacional ONGs e Empresas contradições e convergências nos processos de desenvolvimento e na promoção dos direitos humanos e Assembléia Geral.

7.2 Roteiro de entrevista semi-estruturada

Informante/Instituição:

Data: Horário:

1. Qual significado de projetos de agricultura urbana no Rio de Janeiro? Quantos você conhece?
2. Qual é o papel do associativismo nas iniciativas de agricultura urbana que você conhece?
3. Por que e quando você decidiu apoiar as iniciativas de agricultura urbana?
4. Como você avalia o papel das iniciativas na vida das pessoas que as realizam?
5. Por que acha que é relevante pensar este tema no Rio de Janeiro?
6. Que significado social as atividades de agricultura urbana adquirem no contexto do Rio de Janeiro?
7. Existem dificuldades relativas às relações entre os membros dos grupos?
8. A dinâmica de trabalho coletivo nas iniciativas de agricultura urbana é boa?
9. Qual é a sua percepção de riscos para as iniciativas de agricultura urbana no Rio de Janeiro?
10. Quais são os desafios que encontram-se colocados para a sustentabilidade das iniciativas?

7.3 Decreto n° 19144 de 14 de novembro de 2000, cria a APARU

Cria a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia - AP-3.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 463, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista o que consta do processo administrativo n.º 14/001.629/98, CONSIDERANDO o objetivo da Lei Orgânica do Município de compatibilizar o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente, mediante a utilização racional do patrimônio natural, cultural e construído, bem como a sua conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXI do artigo 67 da Lei Complementar n.° 16/92, que dispõe sobre a política urbana do Município e institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo como diretriz de uso e ocupação do solo para a Área de Planejamento 3 a criação de unidade de conservação na serra da Misericórdia;

CONSIDERANDO o disposto no inciso VII do artigo 68 da Lei Complementar n.º 16/92, que estabelece que a serra da Misericórdia constitui patrimônio paisagístico do Município sujeito a proteção ambiental;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.° 9985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a serra da Misericórdia é constituída pelo conjunto de elevações referentes aos morros do Sapê, da Serrinha, do Dendê, do Juramento, dos Urubus, do Caricó, da Fé, do Sereno, do Alemão, da Baiana, das Palmeiras e do Engenho da Rainha e de Bonsucesso, todos localizados na Área de Planejamento 3 do Município;

CONSIDERANDO a proximidade da serra da Misericórdia com as Unidades de Conservação Ambientais constituídas pelos Parques Orlando Leite e Ari Barroso, pela Área de Proteção Ambiental da Fazendinha e da Área de Proteção do Ambiente Cultural do morro da Penha;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 163 do Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro, Decreto Municipal n.º 322/76, que classifica as áreas acima da curva de nível de 100m, Zona Especial ZE-1, como reserva florestal sujeitas a proteção ambiental;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7° do Decreto Municipal n.° 6787 de 2 de julho de 1987, que institui o Programa de Reflorestamento e Preservação de Encostas, que estabelece que as essências vegetais que vierem a ser repostas por ação do programa objeto deste Decreto, não só pelas terras a elas revestidas, mas pelo caráter de interesse comum que representam, passam a ser consideradas formas de preservação permanente, como definido pelo Código Florestal;

CONSIDERANDO a proximidade da Serra da Misericórdia com a Serra dos Pretos Forros, que apresenta importantes remanescentes florestais de Mata Atlântica, objeto de projetos de reflorestamento e de recuperação ambiental realizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

CONSIDERANDO que o crescimento urbano desordenado na área da serra da Misericórdia tem produzido impactos ambientais nas encostas, nascentes e rios;

CONSIDERANDO que a carência de cobertura florestal da serra da Misericórdia e de arborização nas áreas com ocupação urbana do seu entorno vem provocando prejuízos à qualidade ambiental da região;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer parâmetros de controle de crescimento e ocupação das encostas do bairro, para que passem a constituir instrumentos de efetiva proteção e recuperação ambiental;

CONSIDERANDO as ações de recuperação ambiental em desenvolvimento na bacia hidrográfica da baía de Guanabara, empreendidas pelos governos estadual e municipal do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO as ações relacionadas a licenciamento, fiscalização, reflorestamento e educação ambiental desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMAC na Área de Planejamento 3;

CONSIDERANDO as ações de urbanização de assentamentos populares desenvolvidas e em implantação pela Secretaria Municipal de Habitação - SMH em diversas comunidades localizadas na serra da Misericórdia;

CONSIDERANDO a implementação da AGENDA 21, promovida pelo FÓRUM 21 da Cidade do Rio de Janeiro, destinada à gestão participativa para o desenvolvimento sustentável local;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Constituição Federal; no Código Florestal - Lei n.° 4771, de 15 setembro de 1965; no Código de Caça - Lei n.º 5197, de 3 de janeiro de 1967; nas Leis Federais n.° 6902, de 27 de abril de 1981, e n.° 6938, de 31 de agosto de 1981; no Decreto Federal n.0 99.274, de 6 de junho de 1990; nas Resoluções CONAMA n.° 001, de 23 de janeiro de 1986, e n.° 04, de 18 de setembro de 1983; na Constituição Estadual; na Lei Orgânica do Município, e nos Decretos Municipais n.º 322, de 3 de março de 1976, e n.° 8321, de 29 de dezembro de 1988,

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana -APARU da serra da Misericórdia, com área aproximada de 3695 ha, conforme delimitação constante dos Anexos l e II a este Decreto.

Art. 2o - São objetivos da APARU da serra da Misericórdia:

I. recuperar parte dos domínios originais de mata Atlântica da região;

II. promover a compatibilização entre o aproveitamento do solo e a defesa do meio ambiente, mediante a revisão dos parâmetros de uso e ocupação do solo;

III. promover a regularização das favelas existentes, nos seus aspectos fundiário, urbanístico e ambiental;

IV. promover o controle do crescimento das favelas existentes;

V. estabelecer prioridades para projetos e ações de recuperação ambiental e urbanística em sua área;

VI. proteger e recuperar os mananciais existentes;

VII. desenvolver a recreação, o lazer e o ecoturismo compatíveis com os demais objetivos da APARU e com o Plano de Manejo a ser criado para a área;

VIII. promover o desenvolvimento de programas de educação ambiental;

IX. ampliar o patrimônio ambiental público do Município;

X. preservar e ampliar a biodiversidade;

XI. melhorar a qualidade de vida da população local.

Art. 3º - A tutela da APARU da serra da Misericórdia caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ouvido o órgão competente do Patrimônio Cultural quando se tratar de defesa do Patrimônio Cultural.

Art. 4o - A APARU da serra da Misericórdia deverá dispor de um Plano de Manejo, prevendo-se a gestão integrada e participativa.

Art. 5o - Na área a que se refere o artigo 1° ficam proibidas quaisquer atividades potencialmente degradadoras ou modificadoras do meio ambiente, ou em desacordo com o Plano de Manejo, tais como:

I. novas frentes de extração de recursos minerais;

II. alteração do perfil natural do terreno;

III. supressão total ou parcial da cobertura vegetal existente sem a devida autorização;

IV. ações que danifiquem, impeçam ou dificultem a regeneração da vegetação ativa;

V. atividades capazes de provocar erosão, assoreamento ou alteração dos cursos hídricos;

VI. utilização de fogo para a destruição de lixo, limpeza de terreno ou como prática agrícola;

VII. lançamento de efluentes sem o devido tratamento;

VIII. lançamento de resíduos sólidos sem destinação final adequada;

IX. criação de gado bovino, eqüino, suíno e caprino nas encostas.

Art. 6o - A gestão da APARU da serra da Misericórdia caberá à SMAC, que deverá instituir um Conselho por ela presidido, constituído por órgãos públicos, por organizações da sociedade civil, e por representantes da população residente em sua área de influência.

Art. 7o - O Poder Executivo regulamentará a APARU da serra da Misericórdia.

§ 1° - O ato de regulamentação da APARU disporá sobre:

I. programa de recuperação das condições ambientais, contemplando reflorestamento, controle de desmatamento, arborização e proteção dos mananciais, rios e encostas;

II. programa de recuperação de áreas degradadas;

III. revisão dos parâmetros de exploração das frentes de extração de recursos minerais existentes.

§ 2° - Os estudos para a elaboração do ato de regulamentação da APARU da serra da Misericórdia serão realizados por grupo de trabalho a ser criado no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 8o - As infrações ao presente Decreto, bem como às demais normas de proteção ambiental, sujeitarão os infratores às sanções cabíveis, sem prejuízo da obrigação de reparação e indenização dos danos causados.

Art. 9o - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2000 - 436º ano da fundação da Cidade.

LUIZ PAULO FERNANDEZ CONDE

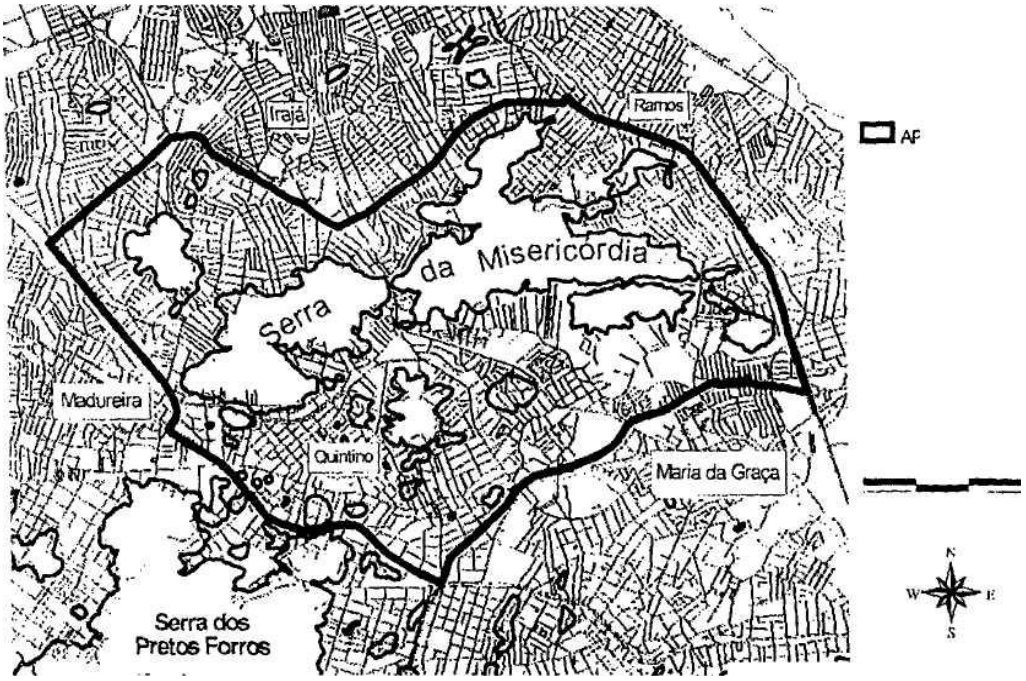
Anexo I

Delimitação da APARU da Serra da Misericórdia

Ponto de partida no sentido anti-horário a partir da confluência da Avenida Automóvel Clube com a Estrada do Barro Vermelho, seguindo por esta até a confluência com a rua Conselheiro Galvão, seguindo por esta e continuando pela Rua Carvalho de Souza, seguindo por esta e continuando pela Rua Alfeu Faria de Castro (trecho de projeção do Viaduto Negrão de Lima) até o ponto de cruzamento deste com a Rua Carolina Machado, seguindo por esta e continuando pela Rua Goiás até o cruzamento com a Linha Amarela, seguindo por esta até o cruzamento com a Rua Uranos, seguindo por esta e continuando pela Rua Ibiapína até a Avenida Braz de Pina, seguindo por esta até a Estrada Vicente de Carvalho, e por esta até a Avenida Automóvel Clube, por esta até o ponto de partida (confluência com a Estrada do Barro Vermelho).

DO RIO de 16/11/00

APARU da Serra da Misericórdia - Anexo II


Irajá
Ramos
AP
Serra
da Misericórdia
Madureira
Quintino
Maria da Graça
Serra dos
Pretos Forros
N
W
E
S